

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

A regulamentação do direito quilombola — reconhecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF) — passou anos sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação. Em 2001, o Decreto n.º 3.912 delimitou o período entre 1888 até 5 de outubro de 1988 para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos”, utilizando uma noção de quilombo vinculada à definição colonial da Convenção Ultramarina de 1740. Tal decreto foi revogado pelo de n.º 4.887/2003, que, por sua vez, aboliu a exigência de permanência no território e, com base no critério de autodefinição previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, definiu a categoria “remanescentes de quilombos” como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto n.º 4.887/2003, art. 2.º). O decreto também estabeleceu a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, bem como a titulação coletiva das terras dos quilombos, e impediu a alienação das propriedades tituladas.

A previsão de autodefinição é de suma relevância porquanto parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. Esse princípio vai de par com o Decreto Federal n.º 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Com base nos sentidos veiculados no texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Conforme exposto no texto, compete ao Estado fixar critérios rígidos que definam o pertencimento de uma pessoa a grupos étnico-raciais.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o Decreto n.º 4.887/2003 revogou o Decreto n.º 3.912/2001 com o intuito de atualizar a definição de “remanescentes de quilombos”.
- 3 Depreende-se da leitura do texto que seus autores apoiam a adoção da autodefinição como critério de caracterização dos povos e comunidades tradicionais.
- 4 Da leitura do texto conclui-se que o Decreto n.º 6.040/2007 trata de comunidades que mantêm inalteradas suas tradições socioculturais.
- 5 Pelos argumentos apresentados no texto, entende-se que o requisito de “permanência no território” para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos” fere o pressuposto que respalda a adoção do critério de autodefinição dessas comunidades.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência textuais e as relações de sentido estabelecidas no texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” está empregado em referência a “A regulamentação do direito quilombola”.
- 7 No último período do último parágrafo, o vocábulo “que” em “que ocupam e usam territórios e recursos naturais” retoma “formas próprias de organização social”.
- 8 A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso o segundo parágrafo fosse assim iniciado: **No entanto, a previsão (...)**.
- 9 Estariam mantidos os sentidos e a coerência do texto caso se substituísse, no primeiro período do segundo parágrafo, “porquanto” por **logo**.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a expressão “Esse princípio” faz referência ao pressuposto anteriormente citado, o qual, conforme se depreende da leitura do texto, constitui o fundamento da “previsão de autodefinição”, mencionada no início do parágrafo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 11 No último período do primeiro parágrafo, a substituição de “a titulação” por **da titulação** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 12 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso os travessões empregados no primeiro período do primeiro parágrafo fossem substituídos por vírgulas.
- 13 No trecho “com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (terceiro período do primeiro parágrafo), o emprego da preposição “com” em sua segunda ocorrência justifica-se pelo necessário estabelecimento do paralelismo sintático entre as expressões introduzidas pela referida preposição.
- 14 Não haveria prejuízo da coesão e da coerência textual caso o trecho “sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação” (primeiro período do texto) fosse assim reescrito: **sem que qualquer instrumento legal de abrangência nacional guiasse sua efetivação**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção do segundo período do último parágrafo do texto caso o segmento “vai de par com” fosse substituído por **segue par à par com**.

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 16 A existência, no âmbito da pessoa jurídica, de mecanismos internos de integridade é considerada na aplicação de eventual sanção.
- 17 O valor da multa aplicada com fundamento na Lei Anticorrupção será obrigatoriamente destinado ao ente lesado.
- 18 A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens seguintes.

- 19 A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 20 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.
- 21 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Acerca do regime jurídico dos servidores do Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes à luz da Lei Complementar n.º 75/1993.

- 22 A autonomia funcional, administrativa e financeira do MP confere-lhe a possibilidade de praticar atos próprios de gestão, podendo ele propor ao Poder Legislativo a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares.
- 23 Para exercer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público da União pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, bem como ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 24 O Centro de Apoio Operacional é órgão de execução do MP que tem como atribuição disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo para atender às necessidades da administração.

De acordo com a Resolução n.º 92/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CNMP, julgue os itens que se seguem.

- 25 No CNMP, incumbe ao secretário-geral reconhecer as situações de dispensa e inexistência de licitação.
- 26 No âmbito do CNMP, as partes e os demais interessados serão intimados dos atos processuais por meio de publicação no Diário Eletrônico desse conselho, podendo o relator determinar, entre outras possibilidades, que a intimação ocorra por carta registrada, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.
- 27 Órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, a Corregedoria Nacional do Ministério Público tem como objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades desenvolvidas por aquele conselho e pelo MP.

Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

- 28 No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.
- 29 Na avaliação da regularidade das contas públicas, as contas de gestão (contas de ordenação de despesas) prestadas ou tomadas dos administradores de recursos públicos são julgadas pelo tribunal de contas, o qual, após examinar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de cada ato administrativo, exara acórdão, que terá eficácia de título executivo se exigir reparação de dano patrimonial ou estabelecer sanção mediante a aplicação de multa.
- 30 As contas de governo, seja de desempenho, seja de resultados, têm julgamento político.
- 31 O ciclo orçamentário corresponde ao interregno de tempo em que se processam as atividades típicas (fases) do orçamento público, as quais consistem em aprovação legislativa, execução, prestação e julgamento das contas.
- 32 O patrimônio público pertence à coletividade, logo o uso da receita derivada prescinde de lei instituída, não se admitindo despesa pública sem a devida autorização orçamentária.

Espaço livre

Text CB2A2

Anyone who has interacted with superbots ChatGPT or image generator DALL-E might be wondering what the future of artificial intelligence (AI) holds for humanity.

ChatGPT is an AI program that generates text in a very human-like manner when asked questions. Just ask DALL-E or similar programs to create a picture of a French bulldog driving a pink convertible and voila: you'll see several versions in seconds.

Science fiction in the mid-20th century created good-natured AI such as the computer on Star Trek helping the Enterprise crew, as well as its evil twin set on destroying its creators like HAL in Arthur C. Clarke's famous book (or Stanley Kubrick's 1968 film adaptation) **2001: A Space Odyssey**. In 2023, however, we're surrounded by AI that's far more mundane than those examples. The virtual assistant in your smartphone, the airline chatbot and the robot vacuum cleaning your floors don't seem to have any aspirations to rise above humanity and have been designed to help us.

We should be prepared for bigger things to come than games, better chatbots or photo generators. Connectivity is key: think of AI as a general-purpose innovation like electricity that powers and connects other technologies, including sensors, robots, genomic devices and 3D printers. AI's use will only intensify and accelerate as faster computing technology is developed, along with greater sensors capturing data, often called the Internet of Things (IoT). In the future, AI will be interwoven in virtually every aspect of commercial and personal activities.

Peter Marber. **Artificial Intelligence: Why Should We Care?**.
Internet: <www.newsweek.com> (adapted).

Judge the following items according to the information given in text CB2A2.

- 33 Interaction with existing AI prompts questions about the future of humanity.
- 34 There is an intrinsic relation between the speed of computers and the intensity of the use of AI.
- 35 HAL and the computer on Star Trek are both examples of malicious AI.
- 36 Robot vacuum cleaners are a much less threatening example of the use of technology than HAL.
- 37 The focus of the text is to present innovative examples of artificial intelligence from the 20th century.

Considering the linguistic and semantic aspects of text CB2A2, judge the following items.

- 38 The word "wonder", in the first paragraph, is used here in the sense of "decide".
- 39 The adverb "virtually", as used in the last sentence of text, means **nearly**.
- 40 In the second sentence of the last paragraph, if the phrase "Connectivity is key" were rewritten as "The key to connectivity is", there would be no difference in the meaning of the sentence.

Com relação às disposições constitucionais inerentes ao CNMP, julgue os itens seguintes.

- 41 O corregedor nacional do Ministério Público poderá designar e delegar atribuições a membros do Ministério Público da União, sendo vedada a requisição de servidores efetivos do Ministério Público dos Estados.
- 42 A competência do CNMP de receber e conhecer das reclamações e de aplicar sanções administrativas se refere apenas aos membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos estados, não incluindo os servidores que executarem os serviços auxiliares dessas instituições.

À luz da vigente Constituição Federal (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos políticos, dos partidos políticos e do Poder Judiciário.

- 43 A cassação dos direitos políticos é expressamente vedada pela CF e as hipóteses de perda ou suspensão desses direitos estão previstas no texto constitucional, não sendo possível que legislação infraconstitucional amplie esse rol dentro do texto constitucional.
- 44 Caso o Congresso Nacional aprove e o presidente da República sancione lei que, após ser publicada, tenha a sua constitucionalidade questionada no curso de processo que tramite no TRF da 1.ª Região, esse tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade da citada lei, sob pena de usurpação da competência do STF.
- 45 Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura e estabelecer as regras sobre sua organização e seu funcionamento, mas não é permitida a previsão, em seus estatutos, de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros.

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 46 Autarquia é entidade da administração pública indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio, sendo sua criação autorizada por lei.
- 47 As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às autarquias, uma vez que elas integram a administração pública indireta.
- 48 A conduta de João consiste em infração disciplinar para a qual é prevista a penalidade administrativa de advertência.
- 49 A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.
- 50 Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, relacionados a desenvolvimento *web* em Java.

- 51 Utilizando-se o CSS3, é possível criar efeitos animados por meio do atributo `transform` em conjunto com *scripts*.
- 52 O JUnit considera que os resultados de um teste unidade não devem depender da ordem de execução e não permite que se interfira na ordem de execução de métodos de teste.
- 53 Em JDBC, o uso da interface `PreparedStatement` para a execução de consultas deve ser feito em casos específicos, já que a consulta é compilada em tempo de execução.
- 54 A partir do Java 8 é possível ter métodos concretos em interfaces, o que permite evoluir uma interface sem que haja comprometimento à compatibilidade.
- 55 Zend é um *framework* que facilita a implementação de códigos mais complexos e utiliza o padrão arquitetural MVC para garantir a estruturação das aplicações.

Julgue os itens a seguir, a respeito de desenvolvimento *web* em Java e de interoperabilidade de sistemas.

- 56 A possibilidade de um aumento de interdependências é uma limitação que deve ser considerada em sistemas de arquitetura orientada a serviços.
- 57 Além de ser muito utilizado em requisições AJAX em função de sua simplicidade, o JSON possibilita resolver o problema de domínios cruzados.
- 58 O desenvolvimento de aplicações disponibilizadas em múltiplas interfaces de usuário é facilitado pela utilização do modelo MVC, pois a principal característica deste é a existência de uma camada de regra de negócios totalmente isolada da interface de usuário.

Em relação a qualidade de *software* e análise estática de código-fonte, julgue os itens subsequentes.

- 59 Os critérios utilizados para avaliar a qualidade de *software* variam de acordo com o tipo de aplicação a ser avaliada.
- 60 De acordo com o princípio de *clean code*, o uso de polimorfismo deve ser evitado, uma vez que esse método dificulta o entendimento e, conseqüentemente, a manutenção do código.
- 61 Uma questão levantada pela ferramenta SonarQube pode ser classificada como *wont fix* se essa questão resultar de uma avaliação equivocada feita pela ferramenta.
- 62 A adoção de um processo de desenvolvimento de *software* de qualidade garante a qualidade do produto de *software* desenvolvido.

Com relação ao ITIL v4 e ao COBIT 2019, julgue os seguintes itens.

- 63 As quatro dimensões do ITIL v4 estão agregadas por um elo central chamado valor, que se refere à entrega de valor dos produtos e serviços ao cliente.
- 64 O ITIL v4, apesar de sua prática geral voltada à gestão de serviços, carece de abordagens referentes a tecnologias emergentes, como computação em nuvem, aprendizagem por máquinas e *blockchain*.
- 65 Entre os princípios de um sistema de governança indicado pelo COBIT, destaca-se a fusão da governança com a gestão na organização.
- 66 De acordo com os princípios que, conforme o COBIT, norteiam a sua construção, uma estrutura de governança deve basear-se em um modelo conceitual, alinhado aos principais padrões, devendo, ainda, ser aberta e flexível.
- 67 Segundo a NBR ISO/IEC n.º 38500:2015, responsabilidade, estratégia, aquisição, desempenho, conformidade e comportamento humano são os princípios da governança de TI.
- 68 O domínio BAI (*build, acquire, and implemente*) do COBIT tem como objetivo implementar a prestação de suporte aos serviços de TI e da segurança.

Acerca de gerenciamento de projetos, julgue os itens subsequentes à luz da 7.ª edição do guia PMBOK.

- 69 Aprimoramento contínuo, transferência de conhecimento e gerenciamento de mudanças é uma das principais capacidades de um escritório de gerenciamento de projetos, conforme o guia em apreço.
- 70 Na 7.ª edição do guia PMBOK, atividades e resultados são as novas formas de se referir aos processos e saídas.
- 71 Entre os modelos que representam um processo na 7.ª edição do PMBOK, destacam-se os modelos de comunicação, motivação e mudança.
- 72 Analisar os riscos é uma atividade contida no domínio de desempenho da medição.
- 73 A composição e a estrutura da equipe do projeto fazem parte do domínio de desempenho das partes interessadas.
- 74 Criar um ambiente colaborativo para as equipes de projeto é um dos princípios do gerenciamento de projetos.

Com base no MPS.BR, julgue o seguinte item.

- 75 O modelo MPS para serviços (MPS-SV) complementa o MPS para *software* (MPS-SW) e é indicado para a avaliação da conformidade da organização com relação às melhores práticas do desenvolvimento de *software*.

Com base nas normas ABNT NBR ISO/IEC n.º 27001:2013 e ABNT NBR ISO/IEC n.º 27002:2013, julgue os itens a seguir, a respeito da gestão de segurança da informação.

- 76 Ao constatar a ocorrência de não conformidades, a organização deve adotar a ação corretiva de retenção de informação documentada como evidência da responsabilização pessoal dos envolvidos e do trâmite disciplinar correcional.
- 77 Para o registro de todos os acessos físicos aos ambientes da organização são convenientes a manutenção e o monitoramento seguros de trilha de auditoria eletrônica ou de livro de registro físico.
- 78 O tempo máximo de duração de acordos de confidencialidade e de não divulgação está limitado ao tempo de existência da relação entre as partes, não sendo, portanto, admitidas situações em que a confidencialidade se mantenha indefinidamente.

A respeito da aquisição, do desenvolvimento e da manutenção de sistemas e das responsabilidades e papéis pela segurança da informação, julgue os itens subsequentes à luz da norma ABNT NBR ISO/IEC n.º 27002:2013.

- 79** Mesmo que a organização atribua a um gestor a responsabilidade global por desenvolver e implementar a segurança da informação, é relevante que a responsabilidade por pesquisar e implementar os controles permaneça com os gestores individuais dos ativos.
- 80** A identificação dos requisitos de segurança da informação e integração dos processos associados deve ocorrer nos estágios finais dos projetos de desenvolvimento dos sistemas de informação.

Julgue os próximos itens, relativos a segurança da informação no gerenciamento de projetos, segurança em recursos humanos, gestão de incidentes de segurança da informação e a aspectos pertinentes à segurança da informação na gestão da continuidade do negócio.

- 81** No gerenciamento de projetos da organização, convém que as responsabilidades pela segurança da informação sejam definidas e alocadas para papéis específicos definidos por meio dos métodos de gerenciamento de projeto.
- 82** A partir de suspeitas mínimas de uma violação de segurança da informação por um colaborador, mesmo que ainda não tenha ocorrido uma verificação de que realmente houve a violação, é recomendada a imediata abertura de um processo disciplinar, de modo a minimizar os riscos de uma exposição maior dos ativos da organização.
- 83** Na ausência de um planejamento organizacional formal de continuidade do negócio e de recuperação de desastre, é indicado que a gestão da segurança da informação assuma que os requisitos de segurança da informação em situações adversas permanecem inalterados em relação às condições de operação normal.
- 84** Especialmente por questões de confidencialidade, e como forma de minimizar a exposição de potenciais fragilidades do ambiente organizacional, convém evitar o uso de casos de incidentes atuais de segurança da informação em treinamentos ou palestras, optando-se, nesses eventos, pelo uso exemplificativo de lições técnicas aprendidas com a solução de casos de incidentes passados.

Com base na norma NBR ISO/IEC n.º 27005:2011, julgue o item seguinte, a respeito de gestão de riscos e continuidade de negócio.

- 85** Conforme a norma em apreço, um controle implementado que funcione mal ou que seja usado incorretamente é incapaz de representar por si só uma vulnerabilidade, o que ocorrerá somente se houver uma ameaça associada.

Julgue os itens subsequentes com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do CNMP 2019/2021 e na Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 3/2013.

- 86** Conforme a resolução conjunta em questão, os sistemas de tramitação e controle processual judicial descontinuados, cujos dados não possam ser migrados para o sistema que utilize o Modelo Nacional de Interoperabilidade, deverão ser mantidos, para efeito de consulta, por prazo indeterminado.
- 87** De acordo com o plano diretor em apreço, o índice de testes de recuperação bem-sucedidos é um indicador tático para o objetivo de contribuição que visa aprimorar a segurança nos ativos de TI.

Em contrato assinado junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), baseado em termo de referência desenvolvido pela equipe de contratação, constam as seguintes cláusulas.

- I O pagamento do item 1 do objeto — licença perpétua do sistema — se dará da seguinte forma: 50% após o termo de aceite provisório e os demais 50% após o aceite definitivo da entrega das licenças mediante a emissão da nota fiscal pela contratada.
- II O pagamento do item 2 do objeto — suporte técnico e manutenção mensal — se dará mensalmente, e se iniciará ao final do primeiro mês de manutenção prestada, durante o período de garantia de 12 meses a contar da data do termo de recebimento do definitivo do item 1 do objeto.
- III Em relação ao valor da nota fiscal, a contratante fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na instrução normativa SRF n.º 1234, de 11/01/2012.
- IV Será aplicada multa de 2% sobre o valor mensal do contrato, a cada ocorrência em que a contratada por motivo de negligência, imprudência ou imperícia na execução das atividades contratuais, causar qualquer dano físico ou lógico aos equipamentos da CNMP.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 88** Cabe ao fiscal administrativo a emissão da nota fiscal do contrato em questão.
- 89** Cabe ao fiscal técnico do contrato tanto a confecção quanto a assinatura do termo de recebimento provisório mencionado na cláusula I, quando da entrega do objeto.
- 90** Devido ao princípio dos critérios de remuneração por esforço versus produto, o recebimento do item 2 do objeto não pode ser vinculado ao recebimento do item 1 do objeto.
- 91** Considerando-se a cláusula IV, é vedada pela Resolução CNMP n.º 102/2013 a inserção de cláusulas e indicadores de nível de serviço no contrato de soluções de TI, caso em que devem ser aplicadas, garantida a prévia defesa, multas e(ou) glosas específicas quando do recebimento do objeto, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes.
- 92** Com relação à cláusula IV, a verificação das regularidades fiscais e das regularidades trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento está a cargo do fiscal administrativo do contrato.
- 93** No caso de descumprimento da cláusula III, caberá ao gestor do contrato o encaminhamento de indicação de sanções para a área administrativa.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 94** Na modalidade diálogo competitivo, uma vez que o órgão contratante tenha apresentado previamente uma ou mais alternativas capazes de atender a suas necessidades, caberá aos licitantes apresentarem, antes do encerramento dos diálogos, propostas em que o julgamento se dará com base no maior retorno econômico.
- 95** O pregão consiste na modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, devendo ser necessariamente adotado o critério de julgamento do menor preço.
- 96** O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter a vigência máxima de 10 anos.

De acordo com a resolução CNMP n.º 89/2012, julgue o próximo item.

- 97** Em relação às informações protegidas por sigilo, a resolução veda à administração a exigência de que sejam declarados os motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, julgue o item que se segue.

98 Uma informação é definida como sigilosa quando possui restrição permanente e perdurável quanto ao acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança do cidadão.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, julgue os itens a seguir.

99 No caso de haver tratamento de dados pessoais, coletados no território nacional, realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, a Lei n.º 13.709/2018 deve ser aplicada.

100 Podem ser considerados como dados pessoais sensíveis tanto os dados referentes à saúde quanto os dados referentes à opinião política ou à convicção religiosa.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

101 A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

102 O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.

103 As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.

104 A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

105 O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.

106 O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.

107 Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

108 As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.

109 As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.

110 A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

111 Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.

112 É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.

113 A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

114 No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.

115 No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.

116 O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

117 Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.

118 O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

119 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

120 São formas de provimento de cargo público a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.